

A Revista da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

JUS CORREGE

Rio de Janeiro ■ Maio 2015 ■ Edição Especial



O PIONEIRISMO DA MULHER NA JUSTIÇA FLUMINENSE

A história das desembargadoras Maria Stella Villela Souto e Áurea Pimentel Pereira, as primeiras juízas do antigo Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara

Corregedora-Geral da Justiça

Desembargadora Maria Augusta
Vaz Monteiro de Figueiredo

Juízes Auxiliares da Corregedoria

Marcel Laguna Duque Estrada
Regina Lúcia Chuquer
Ana Lucia Vieira do Carmo
Aroldo Gonçalves Pereira Junior
João Luiz Ferraz de Oliveira Lima
Simone Lopes da Costa
Daniella Alvarez Prado

Chefe de Gabinete e Responsável pela Assessoria de Comunicação

Fátima dos Santos Pires

Redação

Aline Muller
Cintia Rodrigues
Raquel Rocha

Diagramação

Raquel Rocha

Impressão

Divisão de Artes Gráficas do Tribunal
de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Contato

assessoriacomunicacao@tjrj.jus.br

SUMÁRIO

Reportagem da Capa 04

Juízas Auxiliares da CGJ 12

Perfis

**Desembargadora
Valéria Garcia da Silva Maron 14**

**Desembargadora Maria Collares
Felipe da Conceição 16**

Desembargadora Nilza Bitar 18

**Desembargadora Maria Inês
da Penha Gaspar 20**

Desembargadora Wany do Couto 22

**Desembargadora Leila Maria
Carrilo Cavalcante Ribeiro Marano 24**

**Desembargadora
Ivone Ferreira Caetano 26**

Patrícia Acioli (em memória) 28

Levina de Almeida Sousa 30

Vera Lúcia Lemos Duncan 32

Rita de Cassia Franco Ferreira 34

Galeria de Fotos 36

Galeria de Fotos do PJERJ 38

Mensagem da Corregedora

A revista institucional da Corregedoria Geral da Justiça homenageia nesta edição magistradas e servidoras que simbolizam a força feminina, a competência, o pioneirismo e a sensibilidade. Mulheres que são destaques dentro do Judiciário fluminense sendo protagonistas nas atividades que exercem ou exerceram.

No passado, exclusão e desigualdades faziam parte da vida das mulheres que eram inferiorizadas tanto na vida pessoal quanto profissional. Com a força dos movimentos feministas, a coragem e a determinação das mulheres, muitas conquistas significativas foram alcançadas.

Hoje, no mercado de trabalho, a mulher é presença marcante. Dentre algumas das carreiras jurídicas, cenário que no passado era massivamente masculino, a mulher é maioria. No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com dados de abril deste ano, ocupam a função de juiz: 367 mulheres e 325 homens. Entre os servidores são: 8.930 mulheres e 5.135 homens. Já o ingresso de magistradas (mulheres) na segunda instância segue em ritmo crescente, entretanto os homens são maioria, sendo 117 desembargadores e 58 desembargadoras.

Nessa edição especial dedicada a elas, vamos contar um pouco da história das primeiras mulheres juízas do Judiciário fluminense: as desembargadoras Maria Stella Villela Souto e Áurea Pimentel Pereira. Selecionamos também o perfil de outras magistradas e servidoras que representam papel feminino de notoriedade no TJRJ.

A todos, uma boa leitura.

Cordialmente,

Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo
Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro



ÁUREA PIMENTEL PEREIRA E MARIA STELLA VILLELA SOUTO:

uma história de luta, coragem, força,
determinação e vitória



As desembargadoras Áurea Pimentel Pereira e Maria Stella Villela Souto durante solenidade no Tribunal de Justiça do Rio

Há exatamente 55 anos, duas jovens cariocas decidiram mudar a história da magistratura fluminense, quando, de forma pioneira (e um tanto audaciosa, para a época), se inscreveram no concurso para juízes do antigo Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara. Dentre os 25 aprovados, duas eram do sexo feminino, contrariando todo um sistema até então machista e autoritário.

No dia 13 de setembro de 1960, Maria Stella Villela Souto e Áurea Pimentel Pereira foram empossadas no cargo de juíza de Direito substituta, tornando-se as primeiras mulheres a compor o quadro de magistrados da Justiça do Rio. E, aproximadamente vinte anos após, elas seriam as primeiras magistradas (mulheres) promovidas ao cargo de desembargador desta Corte.

“Eu tinha a aparência muito jovem, porque eu era muito magrinha. No dia da inscrição para o concurso, o secretário disse: menina, você não vai ter aceitação. Ninguém quer mulher aqui. Os desembargadores acham que isso não é cargo para mulher. Então eu disse: eu vou enfrentá-los e eles vão ter que me aceitar. Aí eu me inscrevi e eles todos diziam: isso não é cargo para mulher. Mulher tem que casar e ter filhos. E eu insistia: acontece que eu fiz o curso de Direito para ser juíza e fiz doutorado para estar aqui”, relembrou a desembargadora Maria Stella.

“Naquela época, o Tribunal não queria que houvesse magistrada mulher. Não queria que nenhuma mulher fosse aprovada em concurso público para juiz. Então nós sofremos uma pressão inicial muito grande e conseguimos, pois dentre os 40 candidatos que passaram na prova escrita, só duas mulheres foram para a prova oral – eu e a desembargadora Maria Stella. E realmente a oposição continuou muito grande até o final do concurso, até a prova oral”, destacou a desembargadora Áurea Pimentel.

Foram anos de luta, com muitas dificuldades enfrentadas, mas em nenhum momento as jovens e pioneiras juízas pensaram em desistir. Com muita competência, coragem, força, determinação e autoconfiança as desembargadoras Maria

Stella Villela Souto e Áurea Pimentel não só derrubaram tabus e preconceitos, como também abriram as portas do Judiciário fluminense para as mulheres. E, após quarenta anos de magistratura, suas trajetórias podem ser definidas em uma só palavra: vitória. *“Não foi uma vitória pessoal, foi também mais uma vitória da mulher brasileira”,* ressaltou a desembargadora Maria Stella.

Concurso para juíza

Para a desembargadora Maria Stella, a vitória começou logo na adolescência, quando decidiu que iria cursar o Direito e se tornar juíza. *“Eu comecei brigando dentro de casa, porque meus pais eram da velha guarda, bem antiquados, e achavam que mulher tinha que casar. Me arrumavam mil noivos e eu dispensava todos. Eu não queria casar, pois já tinha um objetivo: eu queria ser juíza.”* Com apenas 21 anos, se formou na Universidade do Distrito Federal (atual UERJ). *“Fui a 1ª aluna do curso de Direito do 1º ao 5º ano”,* relembra orgulhosa, citando que a desembargadora Áurea Pimentel foi sua colega de turma e se formaram juntas. Como ainda não tinha idade para prestar concurso público para juiz (a idade mínima era 25 anos), ela decidiu fazer doutorado em Direito Privado pela Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.

A segunda vitória veio com a aprovação no concurso público para juíza. *“No dia do exame oral, um desembargador que fazia parte da banca disse: você não vai passar. E eu falei, olha desembargador, o senhor vai perder o seu tempo, porque eu vou passar. O ponto que caiu para mim foi sobre lesões desportivas. Minha sorte é que eu entendia de futebol, pois no ginásio eu fiz o meu professor de educação física montar um time de futebol de meninas. E eu joguei futebol e conhecia as regras”,* relata a magistrada.

E de forma inesperada, para os magistrados que compunham aquela banca, Maria Stella acertou todas as questões sobre o tema. *“Ao final da prova, aquele desembargador que havia dito que eu não iria passar, ainda atônito, se dirigiu a mim e falou: Olha Maria Stella, eu gostaria de ter tido a honra de ser seu pai. Me deu um abraço e me deu nota dez”,* conta emocionada.

Rio Tem Mais Duas Juízas



Entre os 21 juizes-substitutos do Estado da Guanabara ontem empossados, encontram-se duas filhas de Eva: Áurea Pimentel Pereira e Maria Estela Villela Souto (fotos). Embora sejam ambas jovens, bonitas e elegantes, afirmam que julgarão com tóda a serenidade, não deixando que o coração interceda no dirimir os conflitos que lhes forem submetidos. Desde ontem, no entanto, os advogados que militam no Fóro já começaram a usar seus pistóides junto à Distribuição, para que seus processos caiam nas Varas das belas juízas. (PÁGINA 2.)

ra Aprovação em 48 Horas

(LEIA NA
PÁG. 4)

"Ultima Hora"

14.9.60

O pioneirismo das duas magistradas foi noticiado na edição do Jornal Última Hora, de 14/09/1960. Nas fotos, da esquerda para a direita, Áurea Pimentel e Maria Stella Villela Souto

Com a desembargadora Áurea Pimentel, a história não foi diferente. O primeiro desafio começou na infância, quando, prestes a completar seis anos de idade, decidiu que iria seguir a carreira de Direito, a contragosto do pai, que sonhava que a filha se formasse em Contabilidade, assim como ele. *"O sonho da minha mãe sempre foi cursar a faculdade de Direito, mas meu avô não permitiu. Dizia que não achava razoável mulher frequentar uma faculdade junto com os homens, e que mulher tinha que casar, ter filhos e ser dona de casa. Ela me contava histórias tão bonitas, do Evaristo da Veiga, de defesas e tribunais. Aí eu sempre dizia: vou fazer o que mamãe não fez. E daí em diante, eu não mudei mais de opinião"*, relembra orgulhosa, completando: *"Nunca pensei em outra carreira a não ser o Direito e nunca desisti da magistratura. Eu sempre me autoafirmei que iria conseguir, pois a minha mãe sonhava com isso."*

Coragem e autoafirmação sempre se fizeram presentes na vida de Áurea Pimentel. Quando resolveu se inscrever no concurso para juízes do antigo Tribu-

nal de Justiça do Estado da Guanabara, com apenas três anos e meio de formada, jovem e mulher, ela sabia que iria enfrentar preconceitos e hostilidades, mas já tinha uma certeza: a vocação para ser juíza de Direito. *"Quando eu e Maria Stella tivemos a audácia de nos inscrever num concurso de juiz, com toda a hostilidade que havia com relação à presença das mulheres na magistratura, sabíamos que estávamos preparadas para enfrentar o desafio. Isso abriu uma porta larga para o ingresso da mulher no Tribunal de Justiça. E daí em diante, depois da nossa aprovação, os concursos sempre tiveram uma ou duas mulheres aprovadas"*.

Magistratura

A magistratura foi um desafio constante na vida da desembargadora Maria Stella.

No início da carreira de juíza substituta, lhe foi designado assumir todas as circunscrições do Registro Civil e duas varas cíveis, em acúmulo. *"Eles queriam me testar, mas eu dei conta de tudo, não deixei nenhum processo atrasado. Ninguém acreditava na quantidade de decisões e sentenças que eu proferi"*, ressalta Maria Stella.

O próximo desafio veio ao assumir a titularidade da 18ª Vara Cível. Desse período, ela relembra alguns casos curiosos, dentre eles, um em especial. Foi quando recebeu em seu cartório um processo de despejo contra funcionários da Embaixada Americana. *"Ninguém queria despachar porque era contra os americanos. E eu disse: eles alugaram uma casa e não pagaram, então eles têm que ser despejados sim"*, relata a desembargadora, acrescentando: *"Foi um Deus nos acuda."* O despejo foi decretado e Maria Stella manteve sua decisão até o final.

De forma pioneira, foi a primeira juíza de menores do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara. *"Ninguém queria nomear mulheres para lá, porque diziam que mulher era 'cheia de proteções', e para o cargo era preciso 'ter mão firme'. Mas eu fui"*, ressalta a desembargadora. Desta experiência, também guarda

muitas lembranças. *“Eu tive um processo muito sério. Foi quando seis garotos foram presos por terem roubado um carro, e fizeram um monte de bobagens. Os pais e avós deles apareceram no meu gabinete chorando. Eu disse que ia colocar os meninos no Serviço de Assistência ao Menor (SAM) por uma semana, para que vissem o que era aquele lugar, para verem se iam querer voltar para lá. Então eu liguei para o diretor daquela instituição de menores e disse: estou mandando esses meninos para aí, mas tenha muito cuidado com eles, porque eles não são criminosos.”*

Passado uma semana, Maria Stella teve uma surpresa. *“Todos os meninos foram ao meu gabinete me dar um abraço e falaram: a senhora não sabe o bem que nos fez. Nunca mais nós queremos fazer nada de errado”,* relembra emocionada, contando que anos depois ainda teve uma segunda surpresa. *“Um dos rapazes, que tinha acabado de se formar na Marinha, foi ao meu gabinete todo fardado e me disse: eu vim aqui para a senhora ver que eu tomei rumo. Foi uma satisfação”.*

Ainda como juíza de Direito, atuou em Varas Criminais e foi a primeira (mulher) juíza dos extintos Tribunais de Alçada Cível e Criminal, tendo sido vice-presidente do Tribunal de Alçada Cível no biênio 1981/1982. Desafios e dificuldades também marcaram a vida de Áurea Pimentel na magistratura fluminense. E para enfrentá-los foi preciso muita coragem, autoconfiança e preparo. *“Foi muito positiva a minha presença e da Maria Stella aqui no Tribunal para desfazer aquela ideia de que a mulher não estaria capacitada, no mesmo nível dos homens, para exercer aquela função – a magistratura. E nós nos fizemos presentes. Provamos que tínhamos muito para dar em matéria de conhecimento jurídico”.*

De todos os princípios defendidos e preservados ao longo da carreira, a desembargadora Áurea Pimentel destaca, como sendo um dos principais, o reconhecimento do direito alheio. *“Eu sempre procurei reconhecer o direito dos outros a qualquer preço; não se pode transigir com o direito de ninguém, nem em nome de nada.”* Ainda como juíza titular da 4ª Vara de Família, presenciou histórias marcantes, como, por exemplo, quando em uma determinada situação, uma parte de um processo (aparentemente transtornada, pois era usuária de drogas) ligou para o cartório dizen-

do que iria matar os filhos. Ao tomar ciência do fato, a então juíza pegou o seu carro particular e se dirigiu para o local, juntamente com o oficial de Justiça, o curador de família e a polícia. Chegando lá, com muita experiência e zelo, conseguiu reverter a grave situação – a mulher desistiu de praticar o crime e liberou os filhos, que foram entregues à guarda do pai. *“Anos depois, todo Natal, ela me levava uma rosa. Ela se tratou do vício. Ia com as crianças ao meu gabinete”,* relembra emocionada.

Como magistrada, Áurea Pimentel atuou em Varas de Família (por quase dez anos), Varas Cíveis, Criminais, e de Acidentes do Trabalho. Também de forma pioneira, foi a primeira mulher a presidir o antigo Tribunal do Júri. *“Por minha atuação nos 1º e 2º Tribunais do Júri, fui homenageada com placa de bronze, exposta até hoje no local, e com o ‘Troféu Pinguim’, outorgado aos melhores do Júri naquele ano, em 1963.”* Tempos depois, foi promovida ao cargo de juíza substituta do Tribunal de Alçada, pelo critério de merecimento. E posteriormente, ao cargo de juiz efetivo daquele Tribunal.

“Apesar de toda hostilidade prévia, eu e a Maria Stella fomos rapidamente bem recebidas pelas colegas magistradas, pois assim que começamos a atuar como juízas, eles reconheceram que não havia nenhuma desigualdade em matéria de competência, erudição, coragem e independência no momento de decidir e julgar”, afirma Áurea, completando: *“A gente veio para uma afirmação, para provar que a mulher tinha as mesmas condições que o homem em matéria de cultura, operosidade, podendo exercer ao lado deles as mesmas atividades.”*

Pioneirismo

Ao fazer uma retrospectiva da sua história no Tribunal de Justiça do Rio, a desembargadora Maria Stella afirmou: *“Eu e a Áurea abrimos as portas do Tribunal para as mulheres. Na época, só tinham duas desembargadoras – Áurea e eu. Eu fui a primeira desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio.”* Em agosto de 1983, Maria Stella foi promovida a segunda instância do TJRJ, tornando-se a primeira (mulher)

desembargadora. Foi também a primeira mulher a integrar o Órgão Especial do TJRJ e a presidi-lo.

Do período que integrou o Órgão Especial, a desembargadora Maria Stella lembra-se de um acontecimento importante que vivenciou e que marcou a sua carreira – o seu voto foi determinante para a extinção do antigo Tribunal de Alçada, e sua incorporação ao Tribunal de Justiça. *“O meu voto era muito importante para o Órgão Especial, porque os meus colegas me ouviam muito, eu tinha muita credibilidade perante a eles. Eles sabiam que eu, a princípio, era contra a extinção do Alçada, porque achava que ele era um aprendizado dos juízes para se chegar no Tribunal de Justiça”,* conta.

Segundo Maria Stella, tomar esta decisão foi *“um grande dilema”,* pois, de um lado, era contra a extinção daquele Tribunal, mas de outro, sabia que com o ato, nove juízas seriam promovidas também à desembargadoras. *“Fiquei muito preocupada. Saí da sessão para pensar, mas tinha que dar o meu voto, pois era uma das mais antigas do Órgão Especial. Foi quando decidi: apesar de não querer extinguir o Alçada, pois o considerava um degrau para se chegar no Tribunal de Justiça, além de ser um grande aprendizado para os juízes, eu tinha um compromisso com as mulheres, eu não*

podia fechar as portas para aquelas nove mulheres. Então o meu voto foi pela extinção do Alçada e que todos fossem promovidos a desembargadores.”

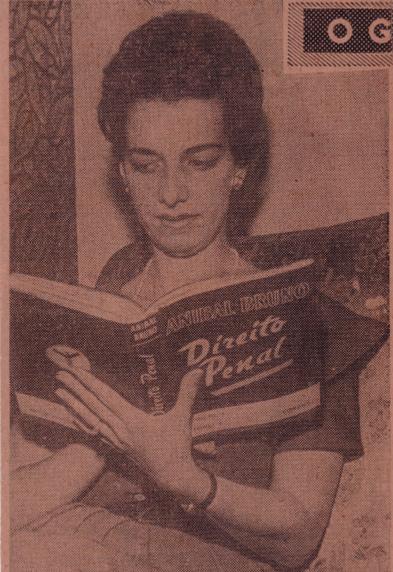
Também de forma pioneira, a desembargadora Maria Stella foi a primeira mulher a assumir a presidência de cargos administrativos do Tribunal. Ao receber os convites, ela sempre deixava claro que os aceitava por uma única razão – abrir o caminho para que outras magistradas também tivessem acesso. *“Eu nunca gostei de cargos administrativos. Eu ocupava esses lugares para abrir caminho para outras mulheres. Eu passei por todos os cargos administrativos para não fechar as portas para as mulheres.”*

No biênio 1989/1990, assumiu, primeiramente, a 3ª Vice-Presidência e, em seguida, a 2ª Vice-Presidência do TJRJ. Posteriormente, atuou como 1ª vice-presidente durante o biênio 1995/1996. Nesse período, assumiu, interinamente, e *“de forma inédita”,* a Presidência do Tribunal de Justiça do Rio, durante licença médica do então presidente desembargador José Lisboa da Gama Malcher.

“Eu, como 1ª vice-presidente, assumi, em substituição, por seis meses, a Presidência do Tribunal. Fui a primeira mulher a exercer a função. Foi quando eu recebi um telefonema do então governador do Rio Marcelo Alencar. Ele me disse: eu estou muito contente que uma mulher esteja assumindo a Presidência e, sendo assim, eu quero lhe prestar uma homenagem. E eu disse: eu vou aceitar. Sabe qual é a homenagem que eu quero que o senhor me preste? E o governador respondeu: o que você quiser. Foi aí que eu disse: pague o 13º salário dos meus funcionários, que estão sem receber. Essa é a minha homenagem”, ressalta a desembargadora.

A promessa foi cumprida pelo então governador Marcelo Alencar, e os funcionários da Justiça fluminense, naquele ano, receberam o benefício quase que de imediato. Pioneira, Maria Stella foi também a primeira mulher a assumir, provisoriamente, a

O GLOBO ☆ 8-8-60 ☆ Página 7



O GLOBO Feminino

MÔÇA JOVEM E TALENTOSA TAMBÉM PODE SER JUÍZA

— “SR. X foi nomeado juiz”. Uma frase como esta nos dá logo a idéia de uma pessoa austera, já de certa idade e de aparência um tanto severa. Falar em juiz môço, já surpreende. Mas falar em juiz môço, muito jovem mesmo, e ainda por cima mulher, desperta assombro e admiração.

É esse o caso das doutoras Maria Stella (de 28 anos) Vilel. Souto e Aurea Pimentel Pereira (30 anos). São duas jovens simples e simpáticas, iguais a tantas outras, mas ao mesmo tempo bem diferentes. Apesar da sua pouca idade, da sua aparência juvenil, elas já são juízas. Ambas foram aprovadas recentemente num concurso para juiz, no qual, dos 158 candidatos inscritos, só passaram 25. Sua vitória não foi apenas a vitória pessoal; foi também mais uma vitória da mulher brasileira.

O Jornal O Globo Feminino, do dia 8/08/1960, publicou entrevista com as recém empossadas juízas. Na foto, Aurea Pimentel Pereira

“O juiz, seja homem seja mulher, precisa, quando julga um caso, se abster de sua condição de homem ou mulher. Quando há falhas, é preciso que não se esqueça: Deus somente é perfeito e infalível...” — declara a “O GLOBO Feminino” a Juíza Aurea Pimentel Pereira

Corregedoria Geral da Justiça, como 3ª vice-presidente, quando substituiu o então corregedor durante as férias.

Seguindo os passos da amiga, Áurea Pimentel foi promovida a desembargadora no ano de 1984 (a segunda do TJRJ, pois a desembargadora Maria Stella já havia ocupado o cargo um ano antes). Na segunda instância, também atuou em cargos administrativos. Foi eleita membro do Conselho da Magistratura para o biênio 1989/1990, e 3ª vice-presidente para o biênio 1993/1994.

Família

Filha de um comerciante da área de madeira e papel, pernambucano, e de uma dona de casa, carioca, Maria Stella nasceu no dia 13 de janeiro de 1932, no bairro Tijuca, no Rio de Janeiro. Foi registrada com o nome de sua mãe – Maria Stella Villela Souto. Seus pais tiveram seis filhos – quatro homens e duas mulheres, sendo que quatro se formaram em Direito e dois em Engenharia. Porém, magistrada somente ela. No ginásio, estudou no Colégio Franco Brasileiro.

O casamento com o advogado Ari aconteceu quando ela já atuava como juíza de Direito. Da união, nasceram dois filhos – o servidor da Justiça Ary e o cacula, o juiz federal Paulo César. *“Estamos casados há 48 anos. Nos casamos no dia 12 de outubro, Dia das Crianças. Meu filho mais velho sempre brinca, dizendo que com 48 anos de casados ainda conseguimos rir juntos”.*

Também nascida no Rio de Janeiro, no dia 8 de junho de 1930, a desembargadora Áurea Pimentel traz boas recordações da infância. Estudou no Colégio Salesiano, de freiras italianas, e fez o ginásio e antigo segundo grau no Instituto Rabelo, na Tijuca, bairro onde morava. Seus pais tiveram duas filhas. A irmã, já falecida, foi professora de música. A relação com os pais sempre foi a melhor possível. *“Eu tenho muito orgulho dos meus pais”,* afirmou. Anos depois, fez vestibular para Direito e passou para a antiga Universidade do Distrito Federal (atual UERJ), local onde conheceu a amiga e também futura juíza Maria Stella. *“Fomos colegas de faculdade. Fizemos vestibular juntas e fomos aprovadas juntas. Só tínhamos nós duas de mulheres na turma”,* conta orgulhosa.

JUIZ DE SAIAS EXIGE TOGA BEM CAPRICHADA



Depois de estudarem, durante vinte meses, as Srtas. Maria Estela Villela Souto e Áurea Pimentel foram aprovadas (num concurso em que mais de 100 homens foram reprovados) para o ingresso na magistratura. Maria Estela preferirá a Vara Cível e Áurea Pimentel a Criminal ou de Família. Ontem mesmo, as duas novas representantes da magistratura guanabarina foram a uma casa de roupas da Avenida Rio Branco experimentar suas togas e exigiram-nas bem caprichadas, desejo que, a avaliar pela foto, será atendido. (LEIA REPORTAGEM NA PAGINA TRÊS)

Continuação da matéria publicada no Jornal O Globo Feminino, no dia 8/08/1960. Na foto, a jovem juíza Áurea Pimentel Pereira

Vitória

Ao definir sua trajetória no Tribunal de Justiça do Rio, a desembargadora Áurea Pimentel relata que foram anos de muita luta: *"Foi uma constante aceitação de desafios. Mas eu sempre os enfrentava e nunca desisti. Minha vida foi uma luta constante, mas eu venci."*

"Foi uma carreira difícil, não foi fácil não. Foram 41 anos de luta. Volta e meia apareciam problemas, era um desafio atrás do outro, mas eu me considero uma vitoriosa, porque tudo o que eu quis fazer eu fiz, e deu certo", afirma a desembargadora Maria Stella.

As conquistas foram conseguidas passo a passo. E, com o passar do tempo, aquela mentalidade hostil e preconceituosa de que a magistratura não era "lugar" para as mulheres, ficou para trás. Atualmente, elas são maioria no Tribunal de Justiça do Rio. *"Ainda atuando como membro do Conselho de Vitaliciamento do Tribunal, onde prestava orientação para os novos juízes, percebi que os primeiros colocados nos concursos para juízes eram as mulheres. A mulher se firmou não só na magistratura fluminense, como também em outras atividades que eram exclusivas dos homens"*, ressalta a desembargadora Áurea Pimentel.

Obras publicadas

Ainda no quarto ano da faculdade de Direito, Maria Stella publicou o livro "ABC do Direito Penal" (1955; Editora Revista dos Tribunais). Em um mês a edição estava esgotada. Posteriormente, já atuando como juíza de Direito, publicou as obras: "ABC do Processo Penal" ; "ABC do Processo Civil" (2 volumes); "Recursos da Nova Constituição" ; e "A Adoção, o ECA e os Estrangeiros", todos editados pela Editora Revista dos Tribunais.

Ao longo de sua carreira, Áurea Pimentel também publicou diversas obras jurídicas. São elas: "A Nova Constituição e o Direito de Família" ; "Divórcio e

Separação Judicial" ; "Alimentos no Direito de Família e no Direito dos Companheiros" ; "Estudos Constitucionais" ; "A Reforma da Justiça na Emenda Constitucional 45/2004" e "União Estável", editados pela Editora Renovar, estando em fase de edição "Guarda de Filho Menor".

Número da sorte

O Direito e a magistratura não são as únicas coisas em comum entre as desembargadoras Maria Stella e Áurea Pimentel. De forma curiosa, elas têm o número 13 como número da sorte. *"Uma das provas orais do concurso para juiz ocorreu no dia 13 de maio; tomei posse como juíza substituta no dia 13 de setembro"*, destaca a desembargadora Áurea Pimentel.

"Todos os atos importantes da minha vida aconteceram no dia 13. Passei em 13º lugar no vestibular. Nossa formatura foi no dia 13 de dezembro. Tomamos posse como juíza no dia 13", relata a desembargadora Maria Stella.

Aposentadoria

Segundo a desembargadora Áurea Pimentel, o amor pelo Direito e pelas leis não terminou com a aposentadoria. Atualmente, ela exerce a vice-presidência do Fórum Permanente de Estudos Interdisciplinares, Ética e Deontologia da Emerj, e é membro do Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito Comparado e Agrário. *"Ainda estou na ativa"*, sorri, animada.

Já para a desembargadora Maria Stella, a aposentadoria trouxe a possibilidade de se dedicar integralmente aos cuidados com a família – o esposo Ari, seus dois filhos, a nora Renata e a futura (e primeira) neta, que chegará no final de agosto ou início de setembro próximos, e que vai se chamar "Stella", em homenagem à avó. *"Estou feliz da vida. É a minha primeira netinha. Meu marido está mais contente ainda porque ele queria muito uma menina, porque nós só tivemos dois homens. A gente queria muito uma neta. E ela também vai se chamar Stella, estrela em latim"*, conta emocionada.

“ Foi uma carreira difícil, não foi fácil não. Foram 41 anos de luta. Volta e meia apareciam problemas, era um desafio atrás do outro, mas eu me considero uma vitoriosa, porque tudo o que eu quis fazer eu fiz, e deu certo. Não foi uma vitória pessoal, foi também mais uma vitória da mulher brasileira. ”

Desembargadora Maria
Stella Villela Souto



“ Quando eu e Maria Stella tivemos a audácia de nos inscrever num concurso de juiz, com toda a hostilidade que havia com relação à presença das mulheres na magistratura, sabíamos que estávamos preparadas para enfrentar o desafio. Isso abriu uma porta larga para o ingresso da mulher no Tribunal de Justiça. E daí em diante, depois da nossa aprovação, os concursos sempre tiveram uma ou duas mulheres aprovadas. ”

Desembargadora Áurea
Pimentel Pereira





Juíza Simone Lopes da Costa



Juíza Regina Lúcia Chuquer

“ Mais do que um exemplo, o pioneirismo das desembargadoras Maria Stella Villela Souto e Áurea Pimentel Pereira são um orgulho para nós, mulheres, que compomos o TJRJ. É graças à coragem delas, que romperam com o histórico comportamento de submissão e subordinação aos homens, que hoje trabalhamos em condição de igualdade com os magistrados. Com as desembargadoras Leila Mariano e Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo os cargos mais altos da Administração foram alcançados, demonstrando que é possível alcançar êxito e plenitude na carreira profissional e conciliar as tarefas de mãe e esposa. Devemos agradecer a essas mulheres precursoras, porque nos mostraram o caminho a ser seguido e teremos sempre uma dívida de gratidão a elas por viabilizarem a nossa jornada. A mulher acrescentou ao Poder Judiciário sensibilidade e delicadeza na forma de conduzir os processos e administrar os cartórios. Com habilidade ímpar de realizar várias tarefas simultaneamente, em pouco tempo o número de mulheres no segundo grau será equivalente ao número de homens. E a ocupação desses cargos pelas mulheres sinaliza a afirmação de um processo de modernização social. ”

“ As desembargadoras Maria Stella e Áurea Pimentel foram um marco na história da Justiça fluminense, não apenas por serem mulheres, mas, especialmente, pelo grande saber jurídico expresso nas suas decisões, e dignidade de comportamento. Ambas, até hoje, são respeitadas e reconhecidas como grandes juízas. O papel da mulher, atualmente, na magistratura, é de destaque, notabilizando-se pela determinação e capacidade de gestão. Pela primeira vez no TJRJ foi eleita uma mulher para ocupar o cargo de corregedora de Justiça, a desembargadora Maria Augusta Vaz, cujo desempenho vem demonstrando a sua grande capacidade de gestão do serviço público. Nesse primeiro momento, atuando na aplicação dos princípios mais modernos de governança corporativa voltada para o segmento público, vem promovendo a adequação do serviço cartorário a um modelo otimizado de processamento, atualmente em implantação nas Varas de Fazenda, que será seguido pelo Sistema das Varas de Órfãos e Sucessões. Bem como adequando o número de servidores às necessidades reais de cada cartório. Em suma, o aumento do número de mulheres na magistratura acrescenta competência diversificada e, especialmente, a lógica feminina, uma maneira diferenciada de ver o justo. ”



Juíza Daniella Alvarez Prado



Juíza Ana Lucia Vieira do Carmo

“ O ingresso destas duas brilhantes magistradas no Poder Judiciário, configurou marco emblemático para a mudança de paradigma em um núcleo de poder até então masculino. As magistradas, como membros do Poder Judiciário, reforçaram o processo de emancipação feminina (que já acontecia no mundo ocidental daquela época) e conferiram à mulher um papel político fundamental na dinâmica das relações judicializadas. Para além de uma conquista pessoal, a investidura de mulheres na carreira da magistratura foi uma vitória coletiva, na medida em que a diversidade é imprescindível no exercício do poder democrático. No âmbito do Poder Judiciário, mulheres e homens possuem papéis de igual importância, graças ao pioneirismo das primeiras magistradas. Penso que a distinção pode estar na forma de conduzir o conflito. Não que isso seja exclusivo das mulheres, mas vejo uma sensibilidade feminina que muitas vezes faz a diferença na solução do conflito. Além disso, vemos hoje nossas desembargadoras ocupando cargos na Alta Administração, como nossa primeira Corregedora mulher. ”

“ Penso que o papel desempenhado pelas magistradas foi muito além de uma conquista que se poderia imaginar, restrita aos lindes de nossa Instituição. Ao se observar o cenário social das relações entre gêneros na década na qual se deram suas conquistas, vê-se que tiveram que lutar contra diversas variantes externas que, àquela época, moldavam um papel feminino na sociedade (ao dizer de Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”). Quando ingressaram em um quadro até então ocupado apenas por homens, seus exemplos e suas atuações abriram portas a muitas que, em seus exemplos, viram a possibilidade da conquista e, hoje, temos Tribunais, Promotorias, Defensorias e Polícias ouvindo vozes decisivas de ambos os gêneros. O olhar feminino agregado ao exercício da função jurisdicional trouxe mais sensibilidade na forma de conduzir os processos. Além disso, as mulheres cada vez mais ocupam cargos de direção e chefia. A exemplo disso, uma mulher presidiu o Tribunal de Justiça na última gestão. E, atualmente, uma mulher ocupa o cargo de Corregedora-Geral da Justiça. ”



Desembargadora Valéria Garcia da Silva Maron

Doutora em Direito Privado, graduada em Direito, em Biblioteconomia e na Escola Superior de Guerra, a desembargadora Valéria Maron sempre teve aspiração pelo conhecimento. Trabalhou 44 anos na Justiça fluminense, oito anos como servidora e 36 anos como magistrada. Foi a primeira mulher a ocupar os cargos de juíza da Vara de Fazenda Pública, presidente da 1ª Câmara Cível e corregedora do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ). No TJRJ ocupou os cargos de 1ª e 3ª vice-presidente

Ao contrário da maioria dos magistrados, a desembargadora Valéria Garcia da Silva Maron não sonhava com a carreira antes de entrar para a faculdade de Direito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). *“Eu não pretendia estudar Direito, eu gostava de física, matemática e química, gostaria de seguir uma profissão que envolvesse essas áreas. Porém, meu pai me incentivou, dizendo que o Direito é um conhecimento muito útil que eu levaria para toda vida. Acabei fazendo Direito por insistência dele e me apaixonei pelo curso”* – conta a desembargadora.

Aos 25 anos de idade ingressou no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro como servidora. Tra-

balhou inicialmente na Corregedoria do Tribunal, até ser chamada para dirigir a Biblioteca do TJERJ. Muito dedicada aos estudos, a desembargadora já era Doutora em Direito Privado quando decidiu graduar-se também em Biblioteconomia por conta do cargo que ocupava. Porém, sua carreira profissional tomou um novo rumo no momento em que entrou para a magistratura, aos 33 anos de idade, no ano de 1973.

Quando a magistrada ingressou na Justiça fluminense, o quadro de juízas ainda era inferior, menos de dez mulheres ocupavam o cargo. Ela conta que encontrou preconceito e lembra com bom humor as situações vividas. *“Eu estava sentada na sala de audiências, na cadeira*

curul (cadeira designada a magistrados), despachando processo, o advogado entrou na sala e perguntou para o serventuário: - *Você não falou que aqui tinha juiz? Eu sentada na cadeira curul, despachando processos, ele não desconfiou que eu era o juiz?*" – brinca a desembargadora.

Como juíza, atuou em Varas Cíveis, Varas de Órfãos e Sucessões e de Fazenda Pública, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo de juíza de Fazenda Pública. Em 1977, afastou-se por um ano do Tribunal de Justiça para cursar a Escola Superior de Guerra, cujo número de mulheres também era bem reduzido, demonstrando o pioneirismo da magistrada. *"Na Escola Superior de Guerra tem pessoas de todas as áreas do conhecimento, militares e civis. Em matéria de mulheres, tinham apenas duas: eu e a desembargadora Marianna Pereira Nunes. Os outros duzentos alunos eram homens."* A desembargadora ainda recorda que à época, foi a primeira mulher grávida a cursar a Escola Superior de Guerra. Ela deu à luz o seu quarto filho no decorrer do curso.

"A minha primeira filha nasceu enquanto eu era servidora da Corregedoria, o segundo nasceu quando eu dirigia a biblioteca, a terceira quando eu já era magistrada e o quarto na Escola Superior de Guerra" – conta a magistrada.

Em 1998, foi promovida a desembargadora, promoção que lhe rendeu o título de primeira mulher a presidir a 1ª Câmara Cível. Com bom humor, a desembargadora diz que seu maior desafio como magistrada foi *"sobreviver"*. *"Eu digo que o magistrado trabalha 24 horas por dia, 365 dias ao ano. Você tem que se dedicar de corpo e alma à profissão porque é um trabalho árduo. Para os homens é difícil, mas para as mulheres é muito mais já que também acumulam as funções de mãe"*.

A desembargadora Valéria Maron também foi a primeira mulher a ocupar o cargo de corregedora do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Sua trajetória de sucesso na Justiça fluminense também inclui diretorias

da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - AMAERJ, onde também foi vice-presidente. Atuou ainda na Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, onde criou, juntamente com outros magistrados, a Escola Superior da Magistratura Nacional.

Também foi 1ª vice-presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, eleita em 2007. No biênio seguinte, foi eleita 3ª vice-presidente, cargo no qual permaneceu até aposentar-se de forma compulsória em 2009. Foi na administração do TJRJ que a desembargadora criou o projeto da Medalha de Honra da Magistratura

Fluminense, entregue a todos os desembargadores que se aposentam compulsoriamente. *"Eu estava substituindo o desembargador Murta Ribeiro na Presidência. Então fiz a resolução criando a medalha, escolhi o modelo, e quando o desembargador Murta reasumiu, ele executou o que eu tinha apresentado. A partir de então, todo desembargador que se aposenta aos 70 anos recebe essa medalha. Isso foi a materialização do agradecimento e reconhecimento do Tribunal por anos de dedicação desses desembargadores"*. Todos os desembargadores

que haviam se aposentado antes da implantação da Medalha também receberam a homenagem. *"Foi uma cerimônia muito emocionante e merecida"* – relembra a desembargadora.

Sobre o pioneirismo da mulher na Justiça, a desembargadora encerra dizendo que a Justiça é feminina, já que o símbolo é representado pela Deusa Themis. *"Julgar não é algo puramente intelectual, não é feito matemática, é algo que envolve seres humanos. Então, no que envolve o ser humano, você tem que fazer uma série de ponderações e questionamentos, que muitas vezes os homens não têm a sensibilidade necessária. As mulheres são mais sensíveis, o universo feminino tem uma abrangência maior do que a percepção masculina que é mais direta. A mulher percebe outras nuances que o homem não percebe. Eu tenho uma excelente impressão das mulheres na magistratura"*.

“ Eu digo que o magistrado trabalha 24 horas por dia, 365 dias ao ano. Você tem que se dedicar de corpo e alma à profissão porque é um trabalho árduo. Para os homens é difícil, mas para as mulheres é muito mais já que também acumulam as funções de mãe. ”



Desembargadora Maria Collares Felipe da Conceição

Sensível às causas ambientais, a desembargadora foi uma das pioneiras no incentivo ao debate, no âmbito da magistratura, sobre a importância da preservação da natureza. O esforço por tal prática lhe concedeu o título carinhoso de “desembargadora verde”. Hoje, presidente do Fórum Permanente de Debate sobre o Direito do Ambiente da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) promove palestras sobre o tema, reafirmando seu compromisso com a causa que, segundo ela, será uma dedicação sem fim: *“Não vou parar enquanto estiver vivd”*

A paixão pelo Direito existiu desde cedo, quando ainda era criança. Nascida no interior de Minas Gerais em uma família tradicional, as festas eram frequentes em sua casa. Em uma dessas confraternizações, o pai indagou à filha, quando tinha apenas 11 anos, o que ela seria quando crescesse, e ela logo respondeu: juíza de Direito. *“Todos riram, já que isso não era um*

sonho comum para uma criança, ainda mais uma menina do interior, onde nem se ouvia falar em faculdade de Direito”, contou. E ela concretizou o que prometeu ao pai. Escolheu o Direito, pois queria poder ajudar as pessoas, era o que a movia.

Aprovada para a Defensoria Pública, a desembargadora pôde ajudar muitas pessoas. Trabalhou como

defensora pública por quatro anos. Após foi aprovada para a magistratura fluminense e nomeada em 1976. *“Quase não aceitei o cargo de juíza, pois queria continuar defendendo as causas dos hipossuficientes, mas no decorrer da minha trajetória muitas histórias emocionantes justificaram minha presença na magistratura”.*

Ao contar as dificuldades que as mulheres juízas se deparavam à época, ela pontuou que o preconceito era grande. *“Nem mesmo banheiro feminino havia nos fóruns”.* Na pequena cidade de Cambuci, região noroeste fluminense, onde atuou por dois anos, o preconceito era evidente, lembrou. *“Muitos expressavam o descontentamento por serem julgados por uma mulher. Ninguém queria ser julgado por mim no início, mas depois consideraram que eu trazia a paz à cidade”.* Atuar em Cambuci foi um grande desafio para a desembargadora, que de segunda a sexta julgava as lides da cidade optando por “morar no próprio fórum”, já que era difícil alugar casas na cidade. *“Eu dormia no fórum, adaptei uma das salas e transformei em um quarto. Assim, logo cedo já começava a trabalhar”*, lembra a magistrada do tempo em que viveu separada do marido e das duas filhas, que moravam em Niterói. A desembargadora contou que os advogados perguntavam como deveriam despachar com uma juíza (mulher) e ela, simpaticamente, respondia: *“Da mesma maneira, entretanto com mais gentileza, por favor, puxe a cadeira para que eu possa me sentar”*, brincava.

Desde o início como magistrada, antes de julgar optava por tentar conciliar as partes, principalmente quando atuou em Vara de Família. *“Eu era boa em conciliar. Filosofava, dava conselhos, outras vezes broncas e elevava a moral das partes, quando era necessário”.*

O envolvimento com causas ambientais começou quando a desembargadora tinha 18 anos. Em 1995 cursou mestrado em Ciências Ambientais na Universidade Federal Fluminense (UFF). Desde então não parou

mais. *“Sempre gostei da Serra da Tiririca, em Niterói. E foi lá que dediquei meu carinho à natureza. Subi muito o morro com mudas de plantas para reflorestar a área. Vestida igual ‘minhoca da terra’, muitos nem sabiam que eu era juíza”.* A desembargadora tornou-se então grande referência no incentivo às causas ambientais. *“Ao cuidarmos do meio ambiente estamos cuidando de nós, seres humanos. O desmatamento gera um vazio na alma”.* Ela relembra que quando começou, há vinte anos, muitos colegas zombavam do fato dela pedir que

cada um plantasse árvores e de alertar que um dia a água iria acabar. *“Hoje, infelizmente, é o que estamos vendo”.* Para ela, mudar o pensamento de uma só pessoa para que cultive o meio ambiente, já é uma grande vitória. *“O predador do homem é o próprio homem”*, alerta.

Engajada em fazer o bem, considera que o pensamento positivo emana energia boa para o resto do corpo. Lembra que alguns colegas a chamavam de *“desembarguerreira”*, pela atuação firme, porém sensível

às causas das pessoas. Frequentadora há 32 anos da Fundação Cultural Avatar, a desembargadora doa seu tempo palestrando sobre o bem. *“Todas as quintas e domingos através de palestras na fundação eu busco divulgar o bem, ajudar o próximo”.*

Mesmo depois de aposentada, a desembargadora procura estar atualizada e por isso concluiu uma pós-graduação em Direito Civil. *“Na turma havia muitos jovens, o que me incentivou ainda mais. Além disso, muitas questões na nova sociedade não existiam quando eu atuava como juíza, por exemplo, o termo homoafetivo. Causa esta que sou completamente a favor, pois casamento não é apenas sexo e sim amor e cumplicidade”.* Hoje, bisavó, mantém sua rotina ainda ativa. Como presidente do Fórum de Meio Ambiente da EMERJ participa de palestras, além de orientar alguns professores da escola sobre o conteúdo das aulas.

“ Ao cuidarmos do meio ambiente estamos cuidando de nós, seres humanos. O desmatamento gera um vazio na alma.”



Desembargadora Nilza Bitar

Mineira, formada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trabalhou 22 anos como juíza criminal no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em 1998 foi promovida a desembargadora e em 2006 se tornou membro do Órgão Especial. Como desembargadora, presidiu a 4ª Câmara Criminal. Foi 3ª vice-presidente do TJRJ no biênio 2013/2014. Atualmente é a 2ª vice-presidente da instituição, eleita para o biênio 2015/2016

Um fato marcante na infância da desembargadora Nilza Bitar influenciou sua decisão de seguir carreira na magistratura. Aos seis anos de idade, a desembargadora precisou ir a um juizado para resolver questões relacionadas à herança que recebeu de seu pai. Ensinaram-na tudo que precisava falar ao juiz e ela foi sozinha conversar com o magistrado. Aquele momento foi definitivo em sua vida. “Consegui o pretendido e fiquei tão impressionada

com a figura do juiz, que é decisivo na vida de uma pessoa. Achei a carreira tão importante que resolvi, ainda tão pequena, que queria ser magistrada” – relata a desembargadora.

Nascida no interior de Minas Gerais, Nilza Bitar iniciou sua vida profissional como professora primária. Trabalhou no magistério até ser aprovada no vestibular para o curso de Direito na antiga Faculdade Nacional, no Rio de Janeiro, atual Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduou-se no ano de 1969 e trabalhou como Defensora Pública antes de ingressar na magistratura, em 1976. Contudo, sua habilidade para o ensino não foi esquecida. *“Não deixei de lado meu gosto pelo magistério, ministrando aulas nas Faculdades Estácio de Sá, UFRJ e na Emerj, principalmente na área de Direito Penal”*- conta a desembargadora que também possui experiência na área cível em primeira e segunda instâncias.

Sobre o pioneirismo da mulher na Justiça, a desembargadora relembra que encontrou algumas dificuldades por ser do sexo feminino no começo de sua carreira como juíza, em meados dos anos setenta. *“Encontrei dificuldades devido à época que ingressei na magistratura, há mais de 40 anos, mas evoluímos bastante”*. Nesse período, a mulher já tinha conquistado muitos espaços na sociedade, apesar de ainda haver preconceito. *“Hoje, a mulher abre caminhos, sendo exemplo de dedicação, honestidade e sensibilidade. Atualmente, ocupamos cargos importantes na administração do nosso Tribunal”*.

Nilza Bitar foi promovida a desembargadora em 1998 e eleita para compor o Órgão Especial em 2006. No entanto, valoriza bastante o período em que foi juíza. *“Eu me orgulho de ter sido juíza de primeiro grau, pelo contato próximo com as partes. Isso torna a prestação jurisdicional mais viva e emocionante. É, a meu ver, a atividade intrínseca do magistrado.”*

Em 2013 foi eleita para o cargo de 3ª vice-presidente, período em que ganhou notoriedade pela administração atuante e eficiente na melhoria da prestação jurisdicional. Um dos destaques da gestão foi a inauguração do novo Serviço de Atendimento aos Advogados, inserido na política de valorização dos patronos. Antes da inauguração eles eram atendidos em pé e em balcões. Com o novo espaço, passaram a ter acesso direto aos atendentes, sala com mesas, cadeiras e sofás. Conforto e comodidade previstas no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Além disso, a cartilha de custas foi totalmente traduzida para o alfabeto braille, e os servidores foram capacitados pela Escola de Administração Judiciária (ESAJ) em Libras (linguagem de sinais) para conversação com advogados surdos.

Atualmente, a magistrada atua na 2ª Vice-Presidência, onde também já realizou algumas melhorias. *“Nos primeiros três meses de gestão, aumentamos a distribuição dos processos criminais em 60% em comparação com o mesmo período do ano passado. Também ampliamos o horário de distribuição de feitos urgentes e, ainda, atualizamos o site e tornamos mais segura a consulta aos impedimentos dos desembargadores criminais”*. Até o final de sua gestão, a desembargadora Nilza Bitar pretende aprimorar ainda mais a atuação da 2ª Vice-Presidência.

“Eu me orgulho de ter sido juíza de primeiro grau, pelo contato próximo com as partes. Isso torna a prestação jurisdicional mais viva e emocionante. É, a meu ver, a atividade intrínseca do magistrado.”



Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar

Filha de advogado, o ambiente jurídico sempre foi familiar para a desembargadora Maria Inês. A habilidade para julgar se manifestou cedo, revelando ainda na infância a possibilidade de uma carreira bem sucedida na magistratura, fato que se confirmou ao longo de sua vida. Ocupa, atualmente, o cargo de 1ª vice-presidente na administração do TJRJ

A desembargadora Maria Inês Gaspar se tornou magistrada por vocação. Sua habilidade para julgar se manifestou muito cedo, ainda na infância. *“Eu tinha em torno de oito anos de idade e minha brincadeira favorita era ‘simular julgamentos em um tribunal’. Colocava meus coleguinhas sentados e eu era a juíza, com direito a martelo. Realizava julgamentos, mas obviamente que dentro do teor daquela idade”* – recorda a Desembargadora, com orgulho da profissão que escolheu.

A decisão de fazer vestibular para Direito aconteceu quando ainda era estudante no Colégio Pedro II.

No entanto, muito estudiosa, também prestou vestibular para Letras e ingressou nos dois cursos. *“Eu cursei as duas faculdades ao mesmo tempo. Letras na Universidade do Estado da Guanabara - UEG (atual UERJ) e Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concluí o curso de licenciatura antes de terminar a faculdade de Direito porque eram quatro anos, enquanto a de Direito cinco”*.

Apesar das duas graduações, a desembargadora tinha mesmo vocação para a carreira jurídica. Foi estagiária num escritório de advocacia e, após graduar-

-se na UFRJ em 1973, tornou-se advogada de um banco internacional. *“Como eu dominava o inglês, isso favoreceu meu trabalho no banco no qual eu fazia pareceres jurídicos”*. Em 1976, a desembargadora foi aprovada no concurso para ser promotora no Ministério Público Estadual. *“Naquela época podia advogar e ser promotora, então eu trabalhei no Ministério Público e na advocacia, durante um ano e alguns meses, até entrar na magistratura”*.

Em 1978 ingressou na magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entrando para a lista das pioneiras na Justiça fluminense, eis que naquela época menos de dez juízas ocupavam o cargo no Estado. *“Quando eu entrei, não havia muitas juízas. Eu era a nona ou décima mulher na magistratura fluminense. Nunca sofri discriminação, nem preconceito, mas notávamos fatos engraçados. Quando íamos ao décimo andar, por exemplo, onde funcionava o Órgão Especial, só tinha banheiro*

masculino” – conta a desembargadora. *“Hoje mudou bastante esse cenário, nós temos na carreira da magistratura mais juízas do que juizes. Recentemente tivemos a primeira presidente, agora temos a primeira corregedora e a primeira vice-presidente. É uma conquista e um desafio de certa forma”* – continua.

Maria Inês iniciou sua trajetória como juíza na Comarca de Cambuci, no interior do Estado, e depois trabalhou em Nova Friburgo. Também foi juíza titular da 3ª Vara de Família na Comarca da Capital. Posteriormente, em 1986, foi removida para a 9ª Vara de Órfãos e Sucessões onde permaneceu até ser promovida a desembargadora. Durante esse período, foi juíza auxiliar da Corregedoria e juíza auxiliar da Terceira Vice-Presidência.

Durante o tempo em que atuou como juíza, a desembargadora Maria Inês Gaspar foi considerada a

magistrada de maior produtividade do Tribunal. *“Eu era muito rápida e muito eficiente, mas eu também tinha um corpo de assessores muito bons. Eu não ficava mais que um dia com o processo. O processo entrava, eu lia, formava a minha convicção e julgava”* – explica a magistrada. E acrescenta: *“Eu fui considerada por muito tempo a mais rápida, mas, isso tudo é um método. Muitas vezes a rapidez faz com que você não dê uma decisão de grandes laudas, mas há uma decisão. Porque o que eu acho importante é decidir, julgar”*.

Em 1998, tornou-se desembargadora por merecimento. Atualmente, é a 1ª vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. *“A Primeira Vice-Presidência tem uma função altamente administrativa. Tenho sob meu comando 500 pessoas. Em diversas áreas”* – esclarece a magistrada que, desde o início de sua gestão, em fevereiro deste ano, já promoveu melhorias e pretende aprimorar ainda mais o setor. *“Uma das minhas iniciativas foi colocar*

meus assessores monitorando os estagiários que trabalham com o processo eletrônico. Eles ensinam como se fossem professores. Esta iniciativa já apresentou um aumento na qualidade do trabalho realizado pelos estagiários”.

A desembargadora também ressalta seus projetos futuros: *“O meu maior projeto é tornar eletrônica toda a segunda instância, para que todos os processos entrem pelos portais e os recursos sejam digitais. Também tenho um projeto para tornar mais transparente a visualização dos impedimentos. Sobretudo, priorizando a segurança. O sistema informatizado precisa ter muita segurança.”*

A 1ª vice-presidente sente orgulho de sua trajetória profissional e a resume como “iluminada”. *“Eu diria que a minha vida profissional é iluminada. Ela foi feita e constituída com muito amor e eu sou muito agradecida a Deus por isso”* – finaliza.

“ Quando eu entrei, não havia muitas juízas. Eu era a nona ou décima mulher na magistratura fluminense. Nunca sofri discriminação, nem preconceito. Mas notávamos fatos engraçados. Quando íamos ao décimo andar, por exemplo, onde funcionava o Órgão Especial, só tinha banheiro masculino.”



Desembargadora Wany do Couto Faria

Desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio, Wany do Couto Faria dedicou a maior parte dos anos de magistratura às Varas de Fazenda Pública da Capital. Há seis anos, atua como primeira secretária na Associação Nacional de Desembargadores (ANDES), onde presta auxílio e dá orientações aos magistrados de todo o país

Da infância nos bairros do Engenho Novo e Vila Isabel, a desembargadora Wany do Couto guarda boas lembranças. Filha única, nasceu no Rio de Janeiro, no dia 26 de outubro, durante a estação das flores, a primavera. A paixão pelo Direito surgiu um pouco tardia. Formada em Letras, lecionou por muitos anos Português e Literatura em escolas estaduais e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Po-

rém, a contragosto do pai, que queria que a filha seguisse o magistério – assim como ele, que era professor de Desenho e Artes –, resolveu cursar a faculdade de Direito.

“Nessa época, eu estava decidida que queria estudar Direito, pois já gostava muito. Mesmo contra a vontade do meu pai. Ele achava que eu tinha que ser professora, e ter orgulho dessa profissão, que era

a mesma da dele. Mas quando eu passei no concurso para juíza, ele ficou bem feliz e orgulhoso de mim. Já minha mãe sempre me apoiou em tudo”, relembra.

Ao tomar posse como juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1982, a desembargadora Wany do Couto Faria não encontrou resistência e hostilidade em relação à entrada das mulheres no Judiciário fluminense. Pelo contrário, naquela época o Tribunal já contava com um número considerável de magistradas. *“As mulheres vieram para somar, para dar mais vivacidade, mais impulso para o Tribunal, com toda sua experiência e dedicação”,* ressalta.

Dos anos de magistratura, em sua maioria dedicados às Varas de Fazenda Pública da Capital, só ficaram lembranças boas e experiências positivas. *“Antes das Varas de Fazenda Pública, também atuei em Varas Criminais e Cíveis. Minha convivência com os colegas magistrados, os serventuários e o público em geral foi sempre muito positiva”,* conta.

No ano de 2000, Wany do Couto foi promovida a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio. Na segunda instância, atuou nas 9ª, 10ª e 19ª Câmaras Cíveis, e integrou o Órgão Especial do TJRJ. Em outubro de 2008 se aposentou, e no início de 2009 passou a integrar a diretoria da Associação Nacional de Desembargadores (ANDES), onde assume a função de primeiro secretário.

“Após me aposentar no Tribunal de Justiça do Rio, eu resolvi que não iria parar de trabalhar. Foi quando recebi o convite do presidente da ANDES, o desembargador Luiz Eduardo Guimarães Rabello, para exercer atividade na associação, e após eleição, fui nomeada para o cargo. Compareço três vezes por semana para prestar auxílio e dar orientação para os colegas magistrados, trazendo toda a minha experiência da magistratura.”

Com a função que exerce na ANDES (instituição que tem o objetivo de representar e defender os direitos e interesses da magistratura, bem como os interesses individuais e coletivos de todos os magistrados do país), a desembargadora mantém viva outra grande paixão, que se iniciou ainda na infância: os estudos. *“Estudei no Instituto de Educação, na Tijuca, dos 3 aos 17 anos. Sempre gostei muito de estudar. Durante toda a minha vida me dediquei aos estudos. Quando nova, não gostava muito de sair. Preferia ficar em casa estudando”,* conta orgulhosa.

Segundo a desembargadora Wany, as mulheres, não só no Tribunal de Justiça, como também nas diversas profissões, estão estudando e se profissionalizando mais e, conseqüentemente, vêm conquistando um espaço cada vez maior em suas carreiras e se destacando na sociedade. *“As mulheres são ótimas. Estão avançando em suas carreiras. Já conquistaram muita coisa e ainda vão conquistar muito mais”,* ressalta a desembargadora, que foi e continua sendo um grande exemplo de força e poder feminino da magistratura fluminense.

“As mulheres vieram para somar, para dar mais vivacidade, mais impulso para o Tribunal, com toda sua experiência e dedicação. Estão avançando em suas carreiras. Já conquistaram muita coisa e ainda vão conquistar muito mais.”



Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano

Após 262 anos, uma mulher é empossada na Presidência do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Assim, a desembargadora marcou o pioneirismo feminino no mais alto cargo do Tribunal de Justiça fluminense, até então ocupado somente por homens

De origem humilde, filha de um soldado da Polícia Militar e de uma costureira, a desembargadora Leila Mariano atribui aos pais a herança da força de vontade e do espírito reto. *“Fui normalista do Instituto de Educação nos anos dourados e cursei a Faculdade Nacional de Direito nos anos de chumbo, oportunidades em que convivi com a carência e com a opressão”,* lembra.

Antes de se dedicar aos estudos para concurso público, foi professora primária. Em 1969 foi aprovada no primeiro concurso do Tribunal de Alçada Cível equivalente ao cargo de técnico judiciário. *“Naquela época as mulheres já eram maioria. Das 54 vagas, 52 foram preenchidas por mulheres”.*

No ano de 1972, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em 1975, foi nomeada diretora-geral do Tribunal, sendo a primeira funcionária mulher do quadro a exercer o cargo. *“Eu não tinha muita experiência, mas graças a meu pai que era Intendente da Polícia Militar, desde cedo aprendi a ser organizada e a exercitar a administração. Ser diretora-geral foi um grande desafio, pois vivenciávamos uma época conturbada devido a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, sendo necessária a criação de quadro único para os servidores”.*

Após 10 anos como servidora, tornou-se juíza de Direito do TJRJ, com a aprovação no concurso para ma-

magistratura. Em 1997, foi promovida, por merecimento, ao cargo de juiz do Tribunal de Alçada Cível. Com a extinção dos Tribunais de Alçada, foi promovida por antiguidade ao cargo de desembargador e tomou posse no dia 2 de março de 1998. Presidiu a 2ª Câmara Cível.

Ao ser indagada sobre o que a motivou a ser juíza ela disse: *“Em primeiro lugar, o incentivo de juízes com quem eu trabalhava quando servidora. Fui impulsionada também pela maior estabilidade profissional e é claro, o ganho financeiro que era muito importante para o sustento familiar”*.

Sobre o papel do juiz, a desembargadora considera: *“O maior compromisso do juiz deve ser com a jurisdição, buscando não só decidir em tempo razoável mas, principalmente, proferir a decisão certa, ou seja aquela adequada à Constituição. Para isso, é imperioso que esteja sempre preocupado com sua formação e aperfeiçoamento. Um homem e uma mulher do seu tempo, comprometidos com as questões sociais, com uma visão que vai além do processo, uma vez que as decisões judiciais têm repercussão, produzem consequências sérias, algumas gravosas. Mas ele também*

é um administrador, um gestor e como tal deve liderar sua equipe de servidores e auxiliares, buscando o melhor resultado para a instituição e para os jurisdicionados”. Ela se lembra do início como juíza: *“Na época em que eu era juíza, a sociedade não tinha voz. E mais, nós não éramos notícia em jornal nenhum. Hoje, o Judiciário está da primeira página ao caderno de esportes”*.

Em relação à participação da mulher na Justiça e na sociedade, pontuou: *“A mulher ficou na cozinha durante séculos. Na cozinha, ela não falava, mas ouvia e pensava. Apenas nos anos 60, conseguiram ingressar na faculdade. E desde então suas conquistas e seus espaços só vêm aumentando. No passado, gerava certa desconfiança a mulher se dedicar a uma carreira jurídica”*.

Tornou-se mestre e doutoranda pela Universidade de Estácio de Sá, especialista em Direito Administrativo e Tributário. Dedicada à vida acadêmica, lecionou Direito em universidades e foi coordenadora adjunta do Mestrado Profissional em Poder Judiciário na Fundação Getúlio Vargas. No biênio de 2011-2013 foi diretora-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

Foi presidente do TJRJ no biênio 2013-2014. Em seu discurso de posse pontuou a responsabilidade que assumiria: *“Ao lado da alegria de ser a primeira mulher a ocupar este cargo, tenho consciência da responsabilidade*

que estou assumindo. Presidir um Poder com a dimensão e complexidade do nosso não é tarefa fácil”.

Como presidente, sua gestão foi marcada pela economicidade e pela sustentabilidade. Uma das grandes conquistas da gestão foi a criação das cinco câmaras especializadas em Direito do Consumidor. Apostou em uma gestão dialógica. *“Procurei promover a comunicação de desembargadores, juízes e servidores. Além da união com Defensoria Pública e Ministério Público”*. Como linha de frente, priorizou também a mediação e a conciliação. *“Era inviável atender toda a demanda da forma tradicional, razão pela*

qual sempre incentivei as formas alternativas de composição de conflitos. É preciso implementar uma política de pacificação, a começar pela família, pela escola. De outro lado, é preciso que as empresas, as concessionárias, assumam o atendimento a seus clientes e busquem solucionar, elas próprias, os conflitos que criam”.

Leila é mãe de uma filha e avó de três netos. Hoje, a desembargadora se aproxima da aposentadoria, mas isso não significa o término da sua história com o Direito. Em fase de conclusão do curso de doutorado, defenderá a tese sobre a necessidade da formação humanística do magistrado. Logo após, planeja passar um tempo em Paris, onde continuará se dedicando aos estudos e à pesquisa científica. *“Mesmo aos 70 anos de idade, pretendo manter minha cabeça ativa e jovem”*.

“A mulher ficou na cozinha durante séculos. Na cozinha, ela não falava, mas ouvia e pensava. Apenas nos anos 60 conseguiram ingressar na faculdade. E desde então suas conquistas e seus espaços só vêm aumentando. No passado, gerava certa desconfiança a mulher se dedicar a uma carreira jurídica.”



Desembargadora Ivone Ferreira Caetano

Primeira mulher negra a se tornar juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e a integrar o corpo de desembargadores estaduais fluminenses. Foi a segunda negra a ocupar o cargo de desembargadora no Brasil. Tornou-se referência na área da infância, juventude e do idoso

Ivone conta um pouco da sua história que é marcada por conquistas e vitórias, mas também por muita luta, superação e preconceitos. *“Nasci em família humilde, minha mãe era semianalfabeta e trabalhava como doméstica e lavadeira para poder criar sozinha seus 11 filhos, após meu pai ter abandonado o lar quando eu tinha 12 anos”*, relata a desembargadora, lembrando-se da infância difícil. Ivone estudou em colégios públicos e escolas particulares de baixo custo. Aos 18 anos, trabalhou como digitadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após na Secretaria de Finanças da Prefeitura e no Banco Boa

Vista. Sua determinação começou desde jovem, quando acumulou três empregos para ajudar na renda da família. Casou-se e encontrou no marido um amigo e incentivador do seu progresso, iniciando a faculdade de Direito aos 25 anos. Advogou por 18 anos.

Ivone, já mãe de dois filhos, não desanimou diante das adversidades. *“Tentei por nove vezes ser aprovada em concurso público para uma instituição diversa da magistratura”*. Em 1993, veio a aprovação no Tribunal de Justiça para o cargo de comissária de Justiça. *“A experiência como comissária me trouxe lembranças da minha própria infância, sobretudo das*

dificuldades que dela faziam parte." No ano seguinte, aos 49 anos de idade, foi aprovada no concurso para magistratura atuando nas comarcas de Macaé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Itaguaí, Belford Roxo e São João de Meriti e, por 10 anos, no 1º Juizado da Infância e Juventude do Rio de Janeiro. Foi onde marcou sua história pela luta e dedicação aos direitos das crianças e adolescentes e desenvolveu vários projetos e trabalhos em prol das crianças e idosos, como o "Programa Escola de Pais", "Rio, Sou Criança" e "Rio, agora sou idoso".

O concurso para a magistratura não foi uma escolha previamente idealizada e sim uma consequência da vida. *"Meu desejo era cursar faculdade de Medicina, entretanto, face às dificuldades financeiras incidentes sobre o meu núcleo familiar não foi possível. Titubeei acerca da possibilidade de entrar em uma instituição, que à época, considerava elitista"*, disse. Ao atuar como juíza, Ivone encontrou sua verdadeira vocação: a possibilidade de oferecer uma nova vida a uma criança.

Durante sua trajetória, sofreu preconceito e resistência, ouvindo de muitos que ela não conseguiria ou que não seria aceita por ser negra. Ivone continuou enfrentando as barreiras e se tornou símbolo de força entre as mulheres. *"Minha inspiração e também referência foi minha mãe, foi quem me ensinou a ser negra"*, considera. Ela pontuou também: *"Seja de gênero ou de raça o preconceito é uma doença congênita do povo brasileiro, que se manifesta em todo e qualquer segmento desta sociedade em qualquer de seus Poderes e Instituições. Na maioria das vezes, se apresenta de forma hipócrita, sorradeira e dissimulada. Tudo em nome do mito Democracia Racial, impossibilitando as-*

sim a formulação de medidas e condutas capazes de erradicá-lo. Outras vezes se manifesta explicitamente, como os diversos exemplos que ultimamente vêm sendo mostrados através da mídia e, diante dos quais, grande parte da sociedade se mantém em omissão contemplativa".

Autora de sentenças e decisões pioneiras foi a primeira magistrada a determinar a internação compulsória de menores usuários de crack. Foi também a primeira juíza a julgar uma ação que permitiu a um casal homoafetivo de mulheres integrar o Cadastro Nacional de Adoção de Crianças.

Em 2014, Ivone foi promovida a desembargadora do TJRJ, e entrou para a história sendo a primeira negra a assumir o cargo no estado. Aplausos e sorrisos marcaram sua posse, não só pela conquista ao cargo de desembargadora, mas pela história de luta e superação de Ivone, admirada e querida por todos. A desembargadora vem presidindo o Fórum Permanente da Criança, do Adolescente e da Justiça Terapêutica, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, desde 20 de julho de 2006.

Em novembro de 2014, após completar 70 anos de idade, a desembargadora aposentou-se, ocasião na qual foi condecorada com o Diploma e a Medalha de Honra da Magistratura Fluminense. Hoje, se dedica a proferir palestras, inclusive no exterior, levando sua experiência e conhecimentos a muitas pessoas.

"Venho tentando, ao longo da minha trajetória, devolver a Deus tudo que recebi Dele e das Forças da Natureza, mantendo uma conduta de respeito e obediência aos seus mandamentos no exercício de todas as atividades nas quais atuo ou venha a atuar utilizando-me de uma das principais ferramentas que me foi disponibilizada: autoestima, uma das fortes".

“Seja de gênero ou de raça o preconceito é uma doença congênita do povo brasileiro, que se manifesta em todo e qualquer segmento desta sociedade em qualquer de seus Poderes e Instituições.”



Juíza Patrícia Acioli (em memória)

A juíza tornou-se símbolo pela sensibilidade e coragem como magistrada. Para ela a reestruturação social se tornava realidade à medida que a Justiça era fielmente cumprida. Seus ideais norteavam seu caminho, pautado na ética e comprometimento com a Justiça

A juíza Patrícia Acioli sempre foi uma entusiasta do Direito. Antes de tornar-se magistrada, no ano de 1992, foi defensora pública. Atuou na Vara da Infância e depois foi titular da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo. Sempre alegre, adorava reunir a família e os amigos. Conhecida pelo senso de justiça, tinha absoluta crença nos princípios constitucionais e em sua aplicabilidade prática. Detestava violência, em especial contra os mais frágeis.

Por julgar processos criminais em uma região violenta como São Gonçalo, ameaças de morte eram frequentes, entretanto a juíza nunca se deixou intimidar. Prosseguia com seu engajamento em combater

o crime organizado, aplicando duras penas contra traficantes de drogas, máfia de transporte irregular, agiotas, casas de prostituição infantil, gangues, policiais corruptos e milicianos.

A vida de Patrícia foi brutalmente interrompida no dia 12 de agosto de 2011, quando foi assassinada com 21 tiros em frente à casa onde morava, em Niterói. O crime repercutiu no Brasil inteiro e no mundo, sublinhando a importância da segurança dos magistrados para a estrutura democrática do nosso país. O ministro-presidente do Supremo Tribunal Federal, na época, Cezar Peluso, descreveu o ato como *“um ataque ao governo brasileiro e à democracia”*.

Para o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luis Felipe Salomão, o crime foi um atentado contra os fundamentos da democracia. *“Os tiros contra Patrícia não são tiros só contra ela, são tiros contra cada um de nós, que também fomos atingidos. Além de tudo, um pedaço da democracia do país foi atingida”*, afirmou o ministro. Patrícia Acioli morreu aos 47 anos de idade, deixando duas filhas, Ana Clara e Maria Eduarda e um enteado, Mike.

O primo de Patrícia e grande amigo, Geraldo Aymoré Jr., relatou um dos graves processos de violência julgados pela juíza: *“Ela conquistou a gratidão de muitas vítimas. Uma delas foi uma senhora que teve 95% do corpo queimado pelo ex-marido, um criminoso notoriamente mau e de disposição severa, a qual fez questão de ir ao velório da Patrícia, porque ela, em trabalho conjunto com o promotor, decretou a prisão cautelar desse homem.*

Hoje ele está preso, e isso salvou a vida dessa senhora que fez questão de dar um último adeus a Patrícia”. Como mãe, o primo contou que a juíza também foi guerreira. *“Em suas duas gestações, ela passou meses deitada com o útero costurado porque já tinha tido abortos espontâneos em outras tentativas de ter filho. Na gravidez da filha mais nova, perdeu líquido, tendo que ficar vários meses na mesma posição deitada, chegando a ter escara, dada sua obstinação de ser mãe”*.

Como forma de homenagear e tornar viva a memória da juíza, a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) criou uma premiação anual que leva o nome da magistrada. O Prêmio

Patrícia Acioli de Direitos Humanos premia projetos e boas práticas na área dos direitos humanos, dando continuidade à luta da magistrada em prol da dignidade humana. Segundo a Amaerj, a premiação tem o intuito de promover um mergulho no amplo universo da cidadania, através do fortalecimento do diálogo entre o Judiciário e a sociedade. *“A Constituição garante a todos o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. O objetivo do Prêmio é justamente defender que esses direitos sejam respeitados”*, informa a Amaerj. O Prêmio completou três edições no ano passado e hoje tem expressivo reconhecimento da mídia e da sociedade. O 4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos acontecerá em 10 de agosto, com a premiação agendada para 16 de novembro. Neste ano, o tema será “Construindo Cidadania” e as categorias são “Práticas Humanísticas”, “Trabalhos Acadêmicos” e “Reportagens Jornalísticas”.

Patrícia Acioli permanecerá na memória da Justiça Brasileira. Na cidade de Niterói, onde morava, a juíza está eternizada na lembrança trazida por uma placa de bronze fincada na orla da Praia de Icaraí, com a frase *“Em memória da corajosa brasileira que, em dias de menosprezo da vida e impunidade, combateu com autonomia o crime organizado no Rio de Janeiro”*.

Recentemente, a Prefeitura de Niterói anunciou que vai construir, na Praia de Icaraí, um memorial em homenagem à juíza. O espaço, que será um jardim, está previsto para ser inaugurado em agosto. Segundo a prefeitura, o objetivo é construir um memorial que busque a boa energia da natureza aliando a paz à justiça.

“ Em memória da corajosa brasileira que, em dias de menosprezo da vida e impunidade, combateu com autonomia o crime organizado no Rio de Janeiro. ”

Placa de bronze fincada na orla da Praia de Icaraí, em homenagem a Patrícia Acioli



Levina de Almeida Sousa

Foram 31 anos dedicados ao TJRJ. A servidora aposentou-se em 2013, entretanto a vontade de continuar trabalhando persistiu. *“Mesmo aposentada há dois anos, não deixei por nenhum dia o Tribunal”*. Levina coordena o Departamento de Movimentação de Magistrados, cargo que ocupa há 25 anos. Respeito ao próximo, dedicação, comprometimento e um pouco de “jogo de cintura” são os pontos chaves para a credibilidade alcançada pela servidora durante sua trajetória profissional

Nascida em 1947, na cidade de Icó, interior do Ceará, Levina cresceu no campo. Sua mãe teve 12 filhos e o sustento da família advinha do sítio em que viviam. Levina ficou órfã ainda muito nova, aos sete anos perdeu seu pai e aos 14, a mãe. Aos 23 anos, o primeiro desafio vinha pela frente: o governo desapropriou o terreno da família para reforma agrária e ela e os irmãos mudaram-se para o Rio de Janeiro. *“Foi uma mudança radical, pois eu estava acostumada a viver no campo, livremente. O começo foi muito difícil”*.

Dos 12 irmãos, Levina foi a única a cursar uma faculdade. *“Eu sempre fui muito determinada. Minhas*

irmãs queriam que eu fosse costureira, mas eu nunca desisti do sonho de me graduar em Direito. Era voluntária e por isso nunca aceitei o mais fácil e fui em busca do que queria para minha vida”. Trabalhou como telefonista, mas resolveu abrir mão do emprego para se dedicar a concursos públicos.

Encontrou no tio, que morava no Rio de Janeiro, um grande incentivador. *“Meu tio, Luis Lopes de Sousa, era juiz e foi ele quem me encorajou a cursar Direito”*. Levina ingressou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em 1975. *“Muitos desembargadores foram meus colegas de turma, alguns hoje já*

aposentados. Na época eles me incentivavam a prestar o concurso para magistratura, mas essa nunca foi a minha vontade". Depois de formada, advogou por um ano e meio e logo percebeu que não era a sua vocação. "Eu ficava com pena das pessoas. Muitas vezes, em ações de despejo, presenciava o drama das famílias, que não tinham dinheiro para morar em outro lugar. Os réus começavam a chorar e eu chorava junto".

Em 1982, foi aprovada no concurso para o Tribunal de Justiça fluminense, com a ajuda financeira do tio para os cursos preparatórios. O primeiro lugar que trabalhou foi na Corregedoria, na Divisão de Distribuição. "Naquela época a distribuição era feita manualmente, como em um sorteio de loteria esportiva. As bolinhas sorteadas determinavam para onde cada processo seria encaminhado". Conta ainda: "Entre no setor sem saber como era o trabalho e sem ninguém para me ensinar. Aos poucos fui aprendendo sozinha". Trabalhou também no Departamento de Procedimentos Disciplinares da Presidência, hoje já extinto. "Esse departamento era vizinho ao Departamento de Movimentação de Magistrados. Então, além do meu serviço eu auxiliava também o setor. A diretora se aposentou e fui convidada para assumir a direção". E desde então nunca mais mudou de local de trabalho. Está no cargo de diretora há 25 anos. "Nunca tive vontade de mudar, pois gosto do que faço. Além disso, o trabalho nunca é igual, todo dia é uma novidade quando se lida com ser humano".

Como chefe, Levina é exigente. "O Departamento de Movimentação de Magistrados é um setor peculiar, precisa ter jogo de cintura no dia a dia. Os nossos clientes são desembargadores e juízes. Nosso trabalho lida com férias, licenças, designações. É muita responsabilidade", relata. Para a servidora o grande desafio é estar sempre com a "casa organizada", como ela diz: "A Vara não pode ficar sem juiz. Entretanto, a carência é grande. Estamos sempre trabalhando com cobertor curto, não tem juiz suficiente para atender a demanda. Atu-

almente estamos com um grande desafio, já que mensalmente há entre 40 a 50 titulares acumulando duas varas, pois não há juiz para supri-los". Ela complementa dizendo: "É como se fosse um quebra cabeças, um jogo de estratégias. Uma má mudança pode gerar um efeito dominó".

Mais do que ações, o trabalho realizado por Levina exige clara comunicação. "Às vezes atendo um juiz irritado e com boa comunicação conseguimos expor as necessidades da mudança. Aqui preciso ser também um pouco psicóloga. Não pode haver ruídos na comunicação, muito embora nesse Tribunal a comunicação interna ainda seja algo a ser melhorado. É uma função espinhosa falar 'não' a magistrados, mesmo quando necessário. Entre a equipe, costumamos brincar dizendo que tem que ser muito macho para sentar nessa cadeira".

Quando indagada sobre o maior desafio profissional ao longo de tantos anos, Levina responde "é sempre um desafio lidar com pessoas. É um desafio

contínuo, pois são temperamentos, personalidades diferentes. São 702 juízes e 180 desembargadores". Ela conta que quando ingressou no setor, eram apenas 36 desembargadores e um número muito inferior de juízes. Entretanto, mesmo com tantos magistrados, ela lembra o nome e sobrenome da grande maioria. "Acabo me familiarizando. Muitos brincam dizendo que tenho um HD na cabeça".

Em 2013, sua trajetória foi condecorada com o recebimento do Colar do Mérito Judiciário, medalha entregue a personalidades que, de forma direta ou indireta, tenham prestado relevantes serviços ao Judiciário fluminense. "Muitos achavam que eu já tinha recebido, mas nunca indicaram meu nome. Brinco que precisou eu me aposentar para ser indicada a receber a condecoração. Mas foi uma grande alegria, uma homenagem muito bonita, pois o Pleno me aplaudiu de pé. Foi o coroamento de tantos anos dedicados ao Tribunal de Justiça".

“ Eu sempre fui muito determinada. Minhas irmãs queriam que eu fosse costureira, mas eu nunca desisti do sonho de me graduar em Direito. Era voluntariosa e por isso nunca aceitei o mais fácil e fui em busca do que queria para minha vida.”



Vera Lúcia Lemos Duncan

A experiência de 30 anos como servidora pública fez de Vera um dos ícones desse Tribunal de Justiça. Competente e reconhecida em sua área de trabalho, encarou desafios e conquistou credibilidade entre servidores e magistrados. Responsável pela Secretaria da 7ª Câmara Cível, elementos como equilíbrio, honestidade, seriedade e educação são imprescindíveis, segundo ela, para gerenciar sua equipe.

Aos seis anos de idade, Vera iniciava seu contato com o esporte e por isso a individualidade nunca fez parte de sua vida. *“O esporte me ensinou a trabalhar em equipe. Passei a adotar o lema de que tudo na vida é mais fácil e prazeroso quando feito em equipe”*. Na juventude também desenvolveu a paixão pelo Direito. Entretanto, optou pela faculdade de Fisioterapia Respiratória. Depois de formada, Vera encontrou dificuldades no mercado de trabalho e por orientação de seu primo que era desembargador, ela decidiu ingressar no Tribunal de Justiça, em 1985. Trabalhando

para a Justiça, sua vontade de cursar a faculdade de Direito tornou-se mais forte, graduando-se então no que sempre sonhou. *“Ao entrar no TJ eu encontrei minha verdadeira vocação. Hoje me sinto realizada”*. Durante sua trajetória profissional, trabalhou inicialmente na 2ª Vara de Família de Niterói, após na 3ª Vice-Presidência e também na 4ª Câmara Cível.

Em 1989, Vera conheceu a desembargadora Áurea Pimentel, e a secretariou por oito anos. *“Considero um privilégio ter podido trabalhar com a desembargadora que sempre foi uma referência de competência,*

força e justiça. Ao secretariá-la tive a oportunidade de conhecer nomes de destaque e bem conceituados no Poder Judiciário como a desembargadora Maria Augusta Vaz, hoje corregedora-geral da Justiça”.

Segundo Vera, os ensinamentos deixados pela desembargadora guiaram seu caminho profissional. “É o meu espelho. Recordo-me da juíza Denise Frossard dizer, brincando, que o meu currículo era de peso somente pelo fato de ter trabalhado ao lado da desembargadora Áurea Pimentel. Isso era mais que um diploma e sim um passaporte”.

Sobre o papel das mulheres na Justiça na época que ingressou no Tribunal, Vera lembrou-se de um fato que contou com bom humor: “Quando ingressei, o Tribunal de Justiça era massivamente masculino e muito tradicional. Para as servidoras mulheres que trabalhavam na administração deste órgão, era obrigatório o uso de saias e vestidos e proibido vestir calças. Era uma postura de respeito”. Para Vera isso nunca foi um problema. Muito vaidosa, ela conta que até hoje, nos dias de sessão da Câmara, opta por usar saia. “Foi um costume que adquiri”, brinca.

Ela contou também sobre as transformações que presenciou ao longo de sua trajetória. “Quando ingressei no Tribunal de Justiça, a máquina de escrever era o instrumento de trabalho. Com o passar do tempo, havia apenas um computador para atender às quatro câmaras cíveis. Tudo era preenchido em fichas e depois repassado ao computador. Tínhamos em torno de uma hora ao dia para usar o computador”. Ao receber seu próprio computador sentiu-se eufórica. “Era a primeira ferramenta de trabalho que traduzia a evolução da tecnologia, e estava ali em minha mesa de trabalho.”

Outra grande mudança acompanhada pela servidora foi a transição do processo físico para o eletrônico. “Foi uma evolução significativa, apesar da resistência em abandonar o papel. No primeiro momento assustou, parecia um bicho de sete cabeças. Passada a fase de adaptação, vejo como é leve processar um feito eletrônico.” Hoje, todos os processos que ingressam na 7ª Câmara Cível são eletrônicos. “Acredito ainda que passarei por muitas mudanças radicais em minha vida. Sempre espero mudanças positivas e melhorias. Vivo com a expectativa de que mudanças boas estão por vir”.

Ao escutar comentários pejorativos sobre servidores públicos, Vera conta que nunca se deixou inserir neles. “Infelizmente muitos acham que ser funcionário público é não trabalhar. Sempre me considerei uma funcionária do Tribunal de Justiça, do qual me honro. Trabalho com amor, por eu ser realizada. Sou feliz por trabalhar no que gosto, trabalho com alma, com coração e com respeito. Aqui tem

sim seus problemas. Como em qualquer outra instituição pública ou privada, há insatisfações, mas isso faz parte do mundo e de qualquer setor de trabalho em qualquer lugar. Tenho orgulho de ser uma funcionária desse Tribunal de Justiça.”

Emocionada, Vera agradeceu a participação. “Sinto-me altamente honrada em participar dessa edição especial da revista que destaca mulheres, principalmente pelas mulheres que me indicaram, a desembargadora Maria Augusta Vaz e a chefe de gabinete Fátima Pires. É uma honra indescritível. Difícil mensurar em palavras.”

Finalizou dizendo: “Doe amor que você receberá amor. Seja qual for a função que procure realizar, faça bem, faça com amor”.

“ Quando ingressei, o Tribunal de Justiça era massivamente masculino e muito tradicional. Para as servidoras mulheres que trabalhavam na administração deste órgão era obrigatório o uso de saias e vestidos e proibido vestir calças. Era uma postura de respeito.”



Rita de Cassia Franco Ferreira

Aprovada no concurso para analista judiciário no ano de 1997, Rita de Cassia Franco Ferreira foi uma das primeiras servidoras com deficiência visual a ingressar no Tribunal de Justiça do Rio. Com sua presença, experiência e profissionalismo vem contribuindo para que cada vez mais seja ampliado o acesso de portadores de deficiência ao quadro de servidores do Tribunal – atualmente, o PJERJ conta com 268 servidores com deficiência, sendo 79 com deficiência visual

A deficiência visual nunca foi empecilho na vida da servidora Rita. Pelo contrário. Com coragem, determinação, otimismo e bom humor ela vem enfrentando as dificuldades que encontra pela frente, e fazendo delas um grande aprendizado. Segundo Rita, a base para todas as conquistas alcançadas até hoje é uma só: sua família. *“Minha mãe sempre me estimulou a estudar e a ser independente. Tenho uma irmã, 20 anos mais velha, que também é cega, e se formou em professora. Minha mãe dizia que eu tinha que seguir os passos da minha irmã. Foi isso o que eu fiz”*, declara, ao se lembrar da infância.

Mas para isso, foi preciso sair de sua cidade natal, São Pedro de Caldas, localizada no sul de Minas Gerais, e vir morar no Rio de Janeiro, com apenas oito

anos de idade. Mais especificamente no Instituto Benjamin Constant, na Zona Sul da cidade. *“Eu vim para o Rio de Janeiro para estudar, pois devido a minha deficiência visual eu não tinha condições de estudar lá. E o Instituto Benjamin Constant é uma escola especializada na educação de deficientes visuais e é um internato.”*

A experiência de ter estudado em uma escola especializada para deficientes visuais foi fundamental para a formação pessoal e profissional da servidora. *“O estudo me fez seguir em frente. Me senti preparada para dizer: agora posso seguir sozinha, ou agora preciso de ajuda. O convívio com professores e funcionários cegos que ali trabalhavam também me serviu de estímulo. Eu pensava: se eles fazem eu também vou poder fazer.”*

Como sonhava em ser professora, Rita deu continuidade aos estudos no Colégio Estadual Ignácio Azevedo do Amaral, onde fez o curso normal, e posteriormente, prestou vestibular e passou para Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluindo o curso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *“Na época que eu prestei o vestibular, eu concorri igualmente com todos os candidatos, não tinha o sistema de cotas. Ter recebido um ensino especializado e de qualidade foi fundamental para a minha aprovação na UFRJ”,* afirma, orgulhosa.

Após se formar em Letras, exerceu o magistério dando aulas no Instituto Benjamin Constant, por quase cinco anos. Porém, estimulada pelo marido, resolveu prestar concurso público para o Tribunal de Justiça do Rio, no ano de 1997. E, um ano após, tomou posse no cargo de analista judiciário, passando a compor o quadro de servidores da Justiça fluminense.

Carreira

Inicialmente, Rita trabalhou no 3º Juizado Cível da Capital. Foi quando recebeu o convite do juiz titular, Dr. Leandro Ribeiro, para auxiliar nas audiências como digitadora. *“Nessa época já existia um software próprio para ler as telas do computador. Foi aí que eu batalhei junto ao setor de Informática do Tribunal para baixar esse programa, de edição de textos. Para treinar a velocidade de digitação, contei com a ajuda do meu marido em casa, pois ele ia ditando textos e eu digitando”,* relembra Rita, ressaltando que teve aulas de datilografia no Benjamin Constant.

Posteriormente, Rita foi designada para trabalhar na Corregedoria, no antigo Grupo de Inspeção de Apoio Cartorário (GIAC), em função da criação do serviço Fala Servidor. *“Nessa época, estava começando a ser instalado o Processamento Integrado. As pessoas tinham muitas dúvidas sobre esse novo sistema, e através do serviço Fala Servidor, elas ligavam para tirar suas dúvidas, nós anotávamos as perguntas e as direcionávamos, e depois retornávamos com as respostas”,* recorda. Segundo ela, o serviço funcionou por aproximadamente dois anos.

Em seguida, Rita foi trabalhar no Núcleo dos Juízes Auxiliares (NUJAC), onde permanece até hoje. No setor, ela é responsável pelas seguintes funções: monitorar a caixa de e-mails da Corregedoria, digitalizar processos e responder pelas manifestações que a Ouvidoria encaminha para a Corregedoria. Para exercer as atividades, ela utiliza o sistema de leitura de tela de computador NVDA, que permite a leitura do Windows, do PROT, além de trabalhar com o Outlook e com Scanner, dentre outras coisas.

“O meu objetivo aqui no Tribunal sempre foi ser útil, da melhor forma que eu pudesse, dentro da minha limitação, e ser o mais independente possível. Nesse caminho todo eu encontrei muitas pedras e descrença. Mas eu sempre batalhei muito, mostrei empenho e estou sempre provando que posso fazer”, declara.

Força feminina

Segundo Rita, quando chegou no Tribunal, em 1998, no 3º Juizado Cível, verificou que naquela serventia o número de mulheres ultrapassava o dos homens. *“As mulheres já eram a maioria”,* afirma.

Sobre o papel que a mulher exerce atualmente na sociedade, Rita ressalta que, à medida que as conquistas aumentam, conseqüentemente aumentam-se as cobranças.

“A mulher naturalmente tem um espírito de luta mais acirrado até pela própria condição, de ser mãe, esposa, dona de casa e profissional e, conseqüentemente, a cobrança e a pressão são muito maiores para nós mulheres.”

No dia a dia, Rita procura sempre conciliar, da melhor forma possível, o papel de profissional, esposa, mãe e dona de casa. *“Eu tenho dois filhos – o Gabriel, de 15 anos, e a Isabela, de 10 –, e quando chego a casa, tenho que cobrar deles as tarefas da escola, os estudos e ainda fazer as atividades do lar, paralelamente com o meu trabalho aqui no Tribunal. Eu faço tudo”,* conclui.

“ A mulher naturalmente tem um espírito de luta mais acirrado até pela própria condição, de ser mãe, esposa, dona de casa e profissional e, conseqüentemente, a cobrança e a pressão são muito maiores para nós mulheres. ”

GALERIA DE FOTOS

Foto 01: A desembargadora Maria Stella Villela Souto. (Foto arquivo TJRJ).

Foto 02: A desembargadora Áurea Pimentel, à época presidente da 7ª Câmara Cível, e a secretária Vera Lúcia Lemos Duncan, durante festa de despedida devido a sua aposentadoria, no ano de 2000.

Foto 03: A desembargadora Ivone Caetano, ao lado da mãe, no momento de sua posse como juíza no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1994.

Foto 04: A desembargadora Áurea Pimentel ao lado da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz.

Foto 05: As desembargadoras Áurea Pimentel e Leila Mariano durante inauguração no Museu da Justiça de exposição sobre o protagonismo da mulher, em 2013. (Foto arquivo TJRJ)

Foto 06: A secretária da 7ª Câmara Cível, Vera Lúcia Lemos Duncan, e a chefe de gabinete da Corregedoria Geral da Justiça, Fátima dos Santos Pires.

Foto 07: As desembargadoras Maria Augusta Vaz, Leila Mariano e Maria Inês Gaspar durante a posse como presidente do TJRJ da desembargadora Leila Mariano.

Foto 08: A desembargadora Maria Collares em solenidade na Câmara dos Vereadores de Niterói, ao receber o título de cidadã niteroiense pelo trabalho em prol do meio ambiente realizado por ela na Serra da Tiririca, parque estadual localizado nos municípios de Niterói e Maricá.

Foto 09: As desembargadoras Leila Mariano e Nilsa Bitar durante a inauguração da Galeria de Retratos dos ex-terceiros vice-presidentes do TJRJ.



GALERIA DE FOTOS DO PJERJ

Em constante transformação. Nas últimas décadas, o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) se adaptou as mudanças na sociedade. Além do ingresso de mulheres na magistratura fluminense, conforme mostramos nesta edição especial, também houve a ampliação do acesso à Justiça, com o expressivo aumento de processos que ingressam a cada dia no Tribunal de Justiça.

Como os espaços físicos ficaram insuficientes, o PJERJ vem crescendo e se modernizando a fim de suprir as necessidades, oferecendo mais conforto e qualidade para os usuários. As fotos a seguir retratam a evolução dos prédios da Justiça Fluminense, desde a década de 50.

Fonte: Fotos e Legendas retiradas do livro "Tribunais do Rio de Janeiro — 250 anos. Da Relação, 1752 ao Tribunal de Justiça, 2002". Editora Ventura Cultural Ltda, 2002

Foto Antiga do Palácio da Justiça, feita na década de 50





Em primeiro plano, o prédio onde funcionou o Fórum Criminal do Rio de Janeiro, atual Museu Naval e Oceanográfico



Antessala do Plenário do antigo Palácio da Justiça, situada no segundo andar onde, atualmente, funciona o Museu da Justiça e o Centro Cultural do Poder Judiciário. Foto da década de 50



Os primeiros blocos do Palácio da Justiça, inaugurados em 8 de dezembro de 1966



Plenário do Tribunal de Justiça, antes da reforma e inauguração da Lâmina Central, no ano de 2012

Novo Plenário do TJRJ, após a reforma e inauguração no ano de 2012





CORREGEDORIA
GERAL DA JUSTIÇA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Av. Erasmo Braga, 115 - 7º e 8º andares - Lâmina I - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP:20020-903 - Telefone - (21)3133-2000
Assessoria de Comunicação (21) 3133-4649/2345
E-mail - corregedoria@tjrj.jus.br